Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 68.311.216/0001-01

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Circulante		**299.065.028**	**211.189.862**
Caixa e equivalentes de caixa	4	234.708.832	142.772.031
Recursos a receber	5	37.113.973	48.552.333
Adiantamentos	6	26.130.882	18.877.477
Outros		1.111.341	988.021
Não circulante		**163.073.371**	**131.552.222**
Depósitos judiciais	7	94.569.094	77.321.336
Recursos a receber	5	39.417.533	30.038.435
Direito de uso arrendamento mercantil	10	18.599.457	17.316.733
Imobilizado	8	10.487.287	6.875.718
Intangível	9	–	–
Total do ativo		**462.138.399**	**342.742.084**
Passivo e patrimônio líquido/Circulante		**126.743.412**	**117.796.306**
Fornecedores	11	1.315.606	3.654.002
Salários a pagar	12	102.473.633	81.508.798
Encargos sociais a pagar	13	3.999.806	18.478.533
Arrendamentos a pagar	10	11.114.584	7.567.279
Doações Antecipadas	14.2	1.692.000	–
Outras provisões de curto prazo	14.1	6.147.783	6.587.694
Não circulante		**204.196.766**	**100.930.051**
Arrendamentos a pagar	10	7.920.778	10.258.937
Doações antecipadas a Longo Prazo	14.2	5.922.000	–
Outras provisões		1.944.722	1.841.459
Provisão para riscos fiscais	15	75.121.875	58.906.749
Provisão para demandas judiciais	15	16.624.003	23.895.866
Provisão para Restituição	20	86.685.373	–
Remessas para investimentos	8	9.978.015	6.027.040
Patrimônio líquido		**131.198.221**	**124.015.727**
Patrimônio social	16	124.015.727	118.992.828
Superávit do exercício	16	7.182.494	5.022.899
Total do passivo e patrimônio líquido		**462.138.399**	**342.742.084**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Notas Explicativas

1.Contexto operacional: A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em 08/10/1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma Entidade filantrópica, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 15 e parágrafos da Lei nº 9.532/97 (alterado pela Lei nº 13.151/15) e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26/03/1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 9.790/99 alterado pela Lei 13.800/19, dentre outros, a saber: • Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais; • Manterá contabilidade e registros em consonância com os princípios gerais da contabilidade brasileira, incluída a divulgação em seu sítio eletrônico das demonstrações financeiras e da gestão e aplicação de recursos, com periodicidade mínima anual; • Possuirá escrituração fiscal de acordo com as normas do Sistema Público de Escrituração Digital da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda aplicáveis à sua natureza jurídica e ao seu porte econômico; • Divulgará em seu sítio eletrônico os relatórios de execução dos instrumentos de parceria e dos termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público firmados e a indicação dos valores despendidos, das atividades, das obras e dos serviços realizados, discriminados por projeto, com periodicidade mínima anual; • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; • A partir da data de publicação desta Lei, as demonstrações financeiras anuais das organizações gestoras de fundos patrimoniais com patrimônio líquido superior a R$ 20.000.000, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), serão submetidas a auditoria independente, sem prejuízo dos mecanismos de controle.

Contratos de Gestão: Abaixo o resumo dos contratos:

Nº contrato	Local	Início das atividades	Serviços cadastrados	Unidades	Funcionários	Repasse em 2022 Total	Repasse em 2022 Mensal
001/2014	Parelheiros	out/14	34	25	1.638	202.372.423	16.864.369
002/2014	Capela	out/14	64	44	4.196	567.183.966	47.265.330
007/2015	Lapa	mai/15	32	21	1.881	206.672.376	17.222.698
016/2015	Pinheiros	jul/15	11	8	388	40.443.958	3.370.330
018/2015	Norte	jul/15	80	54	4.313	551.651.674	45.970.973
						1.568.324.397	130.693.700

Gerenciar e executar ações da rede assistencial de saúde das regiões supramencionadas em consonância com as políticas de Saúde do SUS e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde, assim como o cumprimento das metas previstas nos contratos, dependem diretamente dos repasses financeiros realizados mensalmente em conformidade com os Planos de Trabalho que são aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde e Coordenadorias Regionais de Saúde, suportado pelas Cláusulas 5.3, 5.4 e 5.5 do contrato firmado. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Entidade para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12 e alterações subsequentes, e aos demais Pronunciamentos Contábeis quando aplicáveis à Associação. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31/12/2022.As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela Administração, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis, ocorreu em 31/03/2023. **3. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são descritas a seguir: **a) Apuração do resultado - receitas e despesas** As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. **b) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação são: a) vida útil de ativo imobilizado e intangível, b) mensuração de instrumentos financeiros e c) análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **d) Recursos a receber:** Os recursos a receber referem-se aos direitos a receber pela prestação de serviços na área da saúde e são reconhecidas mediante documento hábil disponível. **e) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverte ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos; **Depreciação:** A depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação do exercício de 2022 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2021. A vida útil-econômica estimada para o exercício corrente e comparativo foram consideradas conforme taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 8, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. **g) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. **i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26/03/1999, revogado pelo Decreto 9.580 de 2018 artigos 178 a 184, e o artigo 195 da constituição Federal. **j) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRPF) sobre aplicações financeiras:** Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e parágrafo 3º da Lei nº 9.532/97. **k) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **l) Programa de Integração Social (PIS):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **m) Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Entidade reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas de natureza cível, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o) Instrumentos financeiros ativos financeiros reconhecimento e mensuração:** Ocontas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **p) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **q) Demonstração do resultado abrangente:** As demonstrações do resultado abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **r) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2022:** A Entidade avaliou os novos pronunciamentos a serem aplicados pela primeira vez em 2022 e não identificou impactos em suas demonstrações contábeis e, decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda que não estejam vigentes. **4.Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. A apresentação desses saldos é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	3.126.164	1.918.835
CDBs **(a)**	120.037.239	107.758.118
Fundos de investimento **(b)**	111.545.429	33.095.078
	234.708.832	142.772.031

(a) Referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDBs), indexados à taxa de 100% no ano de 2022 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com taxa fixa por 2 anos e liquidez imediata, com intuição de primeira linha com baixo risco de crédito e perda; **(b)** Referem-se a aplicações financeiras automáticas em quotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no qual são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor da última posição de investimentos. Os fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, os principais são operações compromissadas atreladas à SELIC e títulos públicos atrelados a 1,12% CDI, com liquidez imediata. **5. Recursos a receber - Composição:** Recursos a receber consistem em valores a receber em virtude dos convênios/contratos celebrados com a administração pública, abaixo a composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Secretária Municipal de Saúde de São Paulo - Contrato de Gestão		
R001/2014 - Parelheiros	10.249.873	9.703.330
R002/2014 - Capela do Socorro	25.270.069	22.275.429
R007/2015 - Lapa	12.151.261	15.518.312
R016/2015 - Pinheiros	2.230.219	2.101.537
R018/2015 - Freguesia do Ó/Brasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha	25.713.846	28.992.160
	75.615.268	**78.590.768**
Secretária Municipal de Saúde de Guarulhos - Convênio (a)		
CAPS II - Inf. Juvenil	638.547	–
UAI Unid. Acolhim. Infantil	277.691	–
	916.238	**–**
	76.531.506	**78.590.768**
Ativo circulante	37.113.973	48.552.333
Ativo não circulante	39.417.533	30.038.435

(a) Secretária Municipal de Saúde de Guarulhos - Convênio - A partir de agosto de 2021 foi mudado o critério de recebimento, passando desde então a receber dentro do mesmo mês de competência. **6. Adiantamentos:** A Associação efetua a antecipação de 13º salário junto com as férias mensais, sendo assim, em dezembro de 2022 efetuou a antecipação de 13º salário junto com o pagamento das férias/01/2023, que quando do início de gozo pelos funcionários esses lançamentos são abatidos da provisão no passivo circulante.

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	161.112	8.162.632
Adiantamento de salários	1.674.903	2.516.275
Adiantamento de férias	16.141.671	5.119.066
Adiantamento de 13º salários	8.153.196	3.079.504
	26.130.882	**18.877.477**

7. Depósitos judiciais: 7.1 composição:	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais - PIS **(a)**	75.121.876	58.906.748
Depósitos judiciais - INSS **(b) (c)**	19.447.218	18.414.588
	94.569.094	**77.321.336**

(a) A Entidade efetuou a partir de maio de 2012, depósitos judiciais relativos ao PIS equivalente à 1% (um por cento) sobre a folha de salário dos funcionários, relativo ao processo nº 0007392-82.2012.4.03.6100. Este processo visa obter imunidade do recolhimento em relação à exigibilidade do tributo. Vide Nota Explicativa nº 12; (b) Em 2002 a ASF obteve a certificação CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, onde garante a isenção do pagamento da contribuição ao INSS, relativo à quota patronal e SAT/Terceiros por período determinado. A certificação CEBAS tem validade para 3 anos e desde 2002, vem sendo renovada, regularmente, até a data atual. Buscando um objetivo maior, no ano de 2005, a ASF iniciou processo judicial, pleiteando Imunidade tributária, e para assegurar as discussões a respeito e maiores argumentos na defesa da imunidade, mantivemos a realização de depósitos judiciais no período de 2005 a 2009, momento esse que o TRF por unanimidade, reconheceu o pedido da imunidade pleiteado pela ASF, cessando assim futuros depósitos Judiciais; (c) Este processo encontra-se em fase de julgamento do recurso extraordinário, encontrando-se sobrestado ao RE nº 566.622 - STF. No parecer do advogado responsável, a possibilidade de êxito da ação é provável, não havendo justificativa para as provisões no passivo não circulante. Devido as chances prováveis de êxito no processo do INSS a Entidade vem mantendo atualizada a provisão para as contingências de honorários advocatícios de acordo com a atualização do processo.

7.2 Movimentação dos depósitos judicial:

	PIS	INSS	Total
Saldos em 31/12/2020	**49.208.454**	**18.031.643**	**67.240.097**
Depósito judicial	7.737.279	–	7.737.279
Atualização financeira	1.961.015	382.945	2.343.960
Saldos em 31/12/2021	**58.906.748**	**18.414.588**	**77.321.336**
Depósito judicial	10.073.014	–	10.073.014
Atualização financeira	6.142.113	1.032.631	7.174.744
Saldos em 31/12/2022	**75.121.875**	**19.447.219**	**94.569.094**

8. Imobilizado:							
Custo	**Imóveis**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Total**	**Equipamentos e instalações (a)**	**Total**
Saldos em 31/12/2020	**429.568**	**102.983**	**753.562**	**1.673.977**	**2.960.090**	**13.067.672**	**16.027.762**
Adições							
Baixas	–	–	222.423	743.490	965.913	4.054.973	5.020.886
Transferências	–	–	(412.805)	(575.997)	(988.802)	(2.812.403)	(3.801.205)
Saldos em 31/12/2021	**429.568**	**102.983**	**563.180**	**1.841.470**	**2.937.201**	**14.310.242**	**17.247.443**
Adições	–	–	552.881	668.857	1.221.738	4.561.683	5.783.421
Baixas	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	**429.568**	**102.983**	**1.116.061**	**2.510.327**	**4.158.939**	**18.871.925**	**23.030.864**
Taxa de depreciação (%)	–	–	–	–	–	–	–
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2020	**(204.742)**	**(70.231)**	**(693.546)**	**(1.521.268)**	**(2.489.787)**	**(8.891.795)**	**(11.381.582)**
Adições	(17.181)	(15.287)	(228.084)	(666.672)	(927.224)	(1.122.590)	(2.049.814)
Baixas	–	–	480.005	848.483	1.328.488	1.731.183	3.059.671
Saldos em 31/12/2021	**(221.923)**	**(85.518)**	**(441.625)**	**(1.339.457)**	**(2.088.523)**	**(8.283.202)**	**(10.371.725)**
Adições	(17.183)	(9.980)	(533.152)	(1.000.829)	(1.561.144)	(1.374.552)	(2.935.696)
Baixas	–	–	–	–	–	763.844	763.844
Saldos em 31/12/2022	**(239.106)**	**(95.498)**	**(974.777)**	**(2.340.286)**	**(3.649.667)**	**(8.893.910)**	**(12.543.577)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2020	224.826	32.752	60.016	152.709	470.303	4.175.877	4.646.180
Saldo em 31/12/2021	207.645	17.465	121.555	502.013	848.678	6.027.040	6.875.718
Saldo em 31/12/2022	190.462	7.485	141.284	170.041	509.272	9.978.015	10.487.287

(a) Equipamentos e Instalações - bens públicos: referem-se a equipamentos de terceiros (poder público) em que a Associação transfere os bens integrantes do ativo imobilizado para o poder público, mediante a aprovação e publicação no Diário Oficial de integração desses itens ao bem sob controle do poder público. **9. Intangível:** É representado principalmente pelos custos de aquisição de software de gestão financeira (SAP ERP 6.0 - EHP7), acrescidos de custos diretamente relacionados à implantação:

	Software		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Saldos em 31/12/2020	**1.781.295**	**(1.736.222)**	**45.073**
Adições/baixas	(253.790)	208.717	(45.073)
Saldos em 31/12/2021	**1.527.505**	**(1.527.505)**	**–**
Adições/baixas	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	**1.527.505**	**(1.527.505)**	**–**
Taxa de amortização anual (%)	20%		

10. Arrendamento mercantil: 10.1 Direito de uso do ativo de arrendamento mercantil: A Associação adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil em 1º/01/2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Entidade, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Associação utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º/01/2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a 20.000 reais não foram enquadrados no IFRS 16.

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas operacionais			
Receita Contrato de Gestão e Convênio		1.608.231.244	1.231.681.981
Glosas Contrato de Gestão e Convênio		(63.022.654)	(28.625.428)
Repasses de contratos de gestão e convênio	18	**1.545.208.590**	**1.203.056.553**
Receitas financeiras		32.795.458	10.233.157
Outras receitas	18	5.487.407	4.980.965
Gratuidades concedidas	18	1.293.983	1.619.942
Repasse para investimento realizado		(3.187.131)	(1.851.163)
Subvenções governamentais	21	195.324.595	154.672.854
		1.776.922.902	**1.372.712.308**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	19	**(1.231.624.413)**	**(969.809.587)**
Despesas com Salarios		(838.796.776)	(668.082.668)
Despesas com Encargos		(89.061.386)	(68.295.497)
Despesas com Benefícios		(121.163.035)	(91.150.004)
Provisão de férias, 13º e encargos		(182.603.216)	(142.281.418)
Despesas gerais	20	**(317.910.504)**	**(226.968.577)**
Despesas de materiais		(36.057.903)	(42.146.164)
Despesas de serviços		(201.928.086)	(189.779.641)
Despesas com utilidades		(7.795.391)	(6.288.350)
Despesa com restituição		(86.685.373)	–
Adequação direito de uso CPC 06 receita		14.556.249	11.245.578
Despesas com depreciação e amortização	8 e 9	**(1.561.144)**	**(952.000)**
Despesa com depreciação bens públicos	8	**(1.374.552)**	**(1.122.590)**
Despesa de amortização de direito de uso	10	**(7.741.508)**	**(8.930.578)**
Despesas financeiras		**(6.168.547)**	**(1.997.718)**
Juros sobre arrendamentos	10	**(6.741.162)**	**(1.615.563)**
Gratuidades concedidas	18	**(1.293.983)**	**(1.619.942)**
Subvenções governamentais	21	**(195.324.595)**	**(154.672.854)**
		(1.769.740.408)	**(1.367.689.409)**
Superávit do exercício		**7.182.494**	**5.022.899**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Demonstração do Resultado Abrangente	31/12/2022	31/12/2021
Superávit líquido do exercício	7.182.494	5.022.899
Total do resultado abrangente do exercício	**7.182.494**	**5.022.899**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Patrimônio social	Superávit líquido/(déficit) acumulado	Total
Saldos em 31/12/2020	**97.687.341**	**21.305.487**	**118.992.828**
Transferência do superávit do exercício anterior	**21.305.487**	(21.305.487)	**–**
Superávit do exercício	–	5.022.899	**5.022.899**
Saldos em 31/12/2021	**118.992.828**	**5.022.899**	**124.015.727**
Transferência do superávit do exercício anterior	**5.022.899**	**(5.022.899)**	**–**
Superávit do exercício	**–**	**7.182.494**	**7.182.494**
Saldos em 31/12/2022	**124.015.727**	**7.182.494**	**131.198.221**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	**7.182.494**	**5.022.899**
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	1.561.144	952.000
Depreciação de direito de uso	7.741.508	8.930.578
Juros sobre arrendamentos	6.741.162	1.615.563
Provisão de glosas	(439.911)	(841.508)
Constituição (Reversão) de provisão para demandas judiciais	(7.271.863)	(2.524.065)
Provisão de férias	102.109.022	79.380.620
Atualização das provisão para riscos fiscais	6.142.113	1.961.015
Provisão para riscos fiscais	10.073.014	7.737.280
Atualização dos depósitos judiciais	(7.174.744)	(2.343.960)
Provisão de honorários advocatícios	103.263	38.295
Provisão de recursos a receber	(74.457.647)	(58.654.924)
Provisão para Restituição	86.685.373	
Baixa do repasse (incobrável)	–	–
	138.994.928	**41.273.793**
Contas de ativo e passivo		
Aumento/(diminuição) em recursos a receber	76.516.909	48.419.440
Diminuição em outros ativos	(7.376.725)	(2.148.048)
Diminuição em depósitos judiciais	(10.073.014)	(7.737.279)
Aumento em fornecedores	(2.338.396)	377.452
Diminuição em salários e encargos sociais	(95.622.914)	(62.852.922)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	7.614.000	–
Caixa líquido proveniente das/(aplicado nas) atividades operacionais	**107.714.788**	**17.332.436**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição e baixa de bens próprios e públicos	(1.221.738)	(1.285.303)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.221.738)**	**(1.285.303)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Pagamento (captação) de arrendamentos, líquido	(14.556.249)	(11.245.579)
	(14.556.249)	**(11.245.579)**
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**91.936.801**	**4.801.554**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	142.772.031	137.970.477
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	234.708.832	142.772.031
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	**91.936.801**	**4.801.554**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.

continua →★

continuação

			31/12/2022
Direito de uso arrendamento mercantil	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Líquido**
Imóveis	37.310.257	(18.710.800)	18.599.457
	37.310.257	**(18.710.800)**	**18.599.457**
			31/12/2021
Direito de uso arrendamento mercantil	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Líquido**
Imóveis	38.350.491	(21.033.758)	17.316.733
	38.350.491	**(21.033.758)**	**17.316.733**

Movimentação dos ativos de direito de uso:

	31/12/2021	Adições/ Atualizações	Amortização	31/12/2022
Imóveis	17.316.733	9.024.232	(7.741.508)	18.599.457
	17.316.733	**9.024.232**	**(7.741.508)**	**18.599.457**
	31/12/2020	**Adições**	**Amortização**	**31/12/2021**
Imóveis	18.124.428	8.122.883	(8.930.578)	17.316.733
	18.124.428	**8.122.883**	**(8.930.578)**	**17.316.733**

10.2 Provisão com arrendamento mercantil: Na data de início, a mensuração do passivo provisão com arrendamento mercantil foi calculada com base no valor presente dos pagamentos fixos do arrendamento que não foram efetuados até essa data. Os valores das parcelas a pagar foram descontados pela taxa incremental sobre empréstimo (taxa de desconto), acrescidos de outras obrigações contratuais previstas nos contratos de arrendamento ajustados ao valor presente. A Associação optou por definir uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares, considerando como critério para definição da taxa de desconto os custos financeiros dos empréstimos e financiamentos para aquisição de ativos similares. A taxa de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamento mercantil dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação mensal dos juros financeiros, é de 10,37%, em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O valor do ajuste ao valor presente será apropriado mensalmente como juros financeiros no resultado do exercício. Determinações a respeito de: provisão de desmobilização (não possui custo significativo e portanto não foi considerado no custo de formação do ativo), os montantes já consideram os valores das parcelas atualizadas conforme as definições contratuais (IGPM, por exemplo), os prazos de arrendamento, foram estendidos, quando aplicável, considerando os argumentos da Entidade (operações são realizadas em áreas centrais já com pela valorização, poucas possibilidades do arrendador solicitar o imóvel antecipado, e estar em áreas estratégicas e com trafego, além disso a natureza dos investimentos e a recuperação ocorrerem em tempo inferior, no entanto a vida útil dos bens estar estendida ao prazo de arrendamento (considerando renovação), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão com arrendamentos mercantis	**20.713.510**	**21.622.479**
Ajuste ao valor presente	**(1.678.148)**	**(3.796.263)**
	19.035.362	**17.826.216**
Passivo circulante	**11.114.584**	**7.567.279**
Passivo não circulante	**7.920.778**	**10.258.937**

Movimentação da provisão com arrendamentos mercantis:

	01/01/ 2022	Novos Contratos	Pagamento	Juros Financeiros	31/12/ 2022
Provisão com arrendamento mercantil	17.826.216	9.024.233	(14.556.249)	6.741.162	19.035.362
	17.826.216	**9.024.233**	**(14.556.249)**	**6.741.162**	**19.035.362**

	01/01/ 2021	Novos Contratos	Pagamento	Juros Financeiros	31/12/ 2021
Provisão com arrendamento mercantil	19.333.349	8.122.882	(11.245.578)	1.615.563	17.826.216
	19.333.349	**8.122.882**	**(11.245.578)**	**1.615.563**	**17.826.216**

Cronograma de pagamentos da parcela de provisão para arrendamento mercantil

Vencimento	**31/12/2022**
2023	12.450.061
2024	5.336.209
2025	1.688.356
2026	638.884
2027 em diante	600.000
AVP **(*)**	(1.678.148)
Total	**19.035.362**

(*) AVP - Ajuste a Valor Presente.

11. Fornecedores:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Serviços de outros profissionais de saúde	–	884.631
Outras despesas	196.020	719.513
Locações de imóveis	772.508	610.678
Serviço de assistência médica	–	481.281
Material médico e enfermagem	75.692	210.502
Serviços de manutenção predial	86.471	165.081
Autônomos	–	161.534
Material manutenção de equipamentos assistenciais	6.162	149.884
Locação de equipamentos administrativos	91.953	96.514
Outros serviços terceirizados	8.651	88.299
Assessoria e consultoria	78.149	44.558
Uniformes e rouparia hospitalar	–	33.045
Serviço de informática	–	8.482
	1.315.606	**3.654.002**

12. Salários a pagar:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Salários e ordenados a pagar	145.519	126.408
Provisão de férias e encargos	102.109.022	79.380.620
Empréstimo consignado a pagar	15.702	25.744
Outros	203.390	1.976.026
	102.473.633	**81.508.798**

13. Encargos sociais a pagar:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
FGTS a recolher	272.564	245.189
INSS a recolher	–	135.846
IRRF a recolher	353.701	297.449
IRRF sobre salários a recolher	857.802	15.754.047
ISS a recolher	302.742	121.946
INSS retido terceiros	1.260.957	539.927
INSS retido autônomos	–	36.534
Outros	883.301	465.936
PIS sobre a folha a recolher	68.739	881.659
	3.999.806	**18.478.533**

14. Outros passivos: 14.1 Outras provisões de curto prazo: Em 31/12/2022, o montante de R$ 6.147.783 (R$ 6.587.694 em 31/12/2021) se refere a provisão de desconto de equipe mínima estimada pela Administração da Entidade. Embora esse desconto seja de competência dezembro de 2022, ele só será abatido na verba/03/2023. **14.2 Doações Antecipadas:** Durante o mês de julho de 2022 a Entidade transferiu a administração de sua folha de pagamento para o Banco do Brasil pelo período de 60 meses. Em contrapartida, para manter o relacionamento pela totalidade do período contratual, a instituição financeira efetuou uma doação no montante total de R$ 8.460.000. O valor está sendo apropriado mensalmente ao resultado, uma vez que existem cláusulas de devolução proporcional dos recursos caso haja a interrupção do relacionamento previsto para 60 meses. Em 31/12/2022 o saldo desta operação era de R$ 7.614.000, onde R$ 1.692.000 serão apropriados em 2023 e o saldo remanescente R$ 5.922.000 nos exercício de 2024 a 2027.

15. Provisão para riscos fiscais e demandas judiciais:

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos fiscais **(a)**	75.121.875	58.906.748
Provisão para demandas judiciais **(b)**	16.624.003	23.895.867
	91.745.878	**82.802.615**

(a) Provisão sobre riscos fiscais: Trata-se de ação ordinária, com objetivo de se ver DECLARADA a Imunidade da Associação, pertinente ao PIS sobre a folha de salários. Em suma, requereu a Entidade provimento que determine à ré (União) que se abstenha de exigir a entrega das obrigações acessórias, relativas ao recolhimento do PIS sobre a folha mensal, expedindo a certidão de regularidade fiscal. Alternativamente, requereu autorização para efetuar depósitos judiciais relativos às contribuições ao PIS sobre a folha de salários, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário, na forma do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional. Diante do fato da antecipação de tutela ter sido indeferida e os valores depositados judicialmente mensalmente para certidão de regularidade fiscal, entendemos que devemos manter tais provisões da obrigação no passivo das demonstrações contábeis. A seguir a movimentação:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos inicial	**58.906.748**	**49.208.454**
Depósito judicial	10.073.014	7.737.279
Atualização financeira	6.142.113	1.961.015
Saldos final	**75.121.875**	**58.906.748**

(b) Provisão sobre demandas judiciais: A Entidade, assim como outras operando no país, está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão para fazer frente às seguintes prováveis perdas para os processos em andamento:

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas	16.624.003	23.895.867
	16.624.003	**23.895.867**

A seguir, a movimentação da provisão para contingências no exercício findo em 31/12/2022:

	Trabalhistas
Saldos em 31/12/2020	**26.419.931**
Reversão	(2.524.065)
Saldos em 31/12/2021	**23.895.866**
Reversão	(7.271.863)
Saldo em 31/12/2022	**16.624.003**

A Administração da Entidade avalia periodicamente, em conjunto com seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos e entende que os montantes provisionados a título destas provisões em 31/12/2022 e 2021, são considerados suficientes. Os processos trabalhistas em sua maior centralização estão relacionados a solicitações de reconhecimentos de horas extras, adicional de insalubridade e seus respectivos reflexos. Há ainda outras causas trabalhistas (relacionados a pedidos de horas extras, descanso semanal remunerado, dentre outros temas relacionados de ex-funcionários) em andamento, no montante aproximado de R$ 14.174.235, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade. No Julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 58 e 59 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5867 e 6021, o STF decidiu em 18/12/2020 pela correção monetária de débitos trabalhistas em fase pré-processual pelo IPCA-E e na fase de citação pela taxa SELIC. Embora a decisão tenha impacto direto sobre o passivo trabalhista da ASF, até o presente momento, as reclamações não foram adaptadas ao novo sistema de aplicação de correção monetária. Sobre os juros, ainda não há uma decisão final (isso porque a SELIC já abrange os juros de mora). Também é aguardada a opinião do Legislativo para aplicação plena da nova correção. **16. Patrimônio social:** O patrimônio líquido é constituído por dotações acrescido dos superávits e subtraído os déficits acumulados desde a constituição da Entidade.

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio Social	124.015.727	118.992.828
Superávit do exercício	7.182.494	5.022.899
	131.198.221	**124.015.727**

17. Resultado por unidade:

	Matriz	Capela	Lapa	Parelheiros	Clínica	Norte	Pinheiros	Consolidado
	68.311.216/0001-01	68.311.216/0003-73	68.311.216/0004-54	68.311.216/0005-35	68.311.216/0007-05	68.311.216/0008-88	68.311.216/0009-69	
Receitas Operacionais								
Receita contrato de gestão e convênio	19.803.177	579.325.390	251.525.524	205.866.224	–	509.471.079	42.239.850	1.608.231.244
Glosas contrato de gestão e convênio	(436.174)	(27.027.698)	(9.338.976)	(7.455.231)	–	(17.858.036)	(906.540)	(63.022.655)
Repasse contrato de gestão e convênio	**19.367.003**	**552.297.692**	**242.186.548**	**198.410.993**	**–**	**491.613.043**	**41.333.310**	**1.545.208.588**
Receitas financeiras	21.187.280	5.198.379	3.020.641	1.100.371	443.541	1.741.368	103.877	32.795.457
Outras receitas	5.487.407	–	–	–	–	–	–	5.487.407
Gratuidades concedidas	–	–	–	–	1.293.983	–	–	1.293.983
Repasse utilizado para aq. imobilizado	5.788	(1.170.806)	(13.919)	(1.314.297)	–	(787.814)	93.918	(3.187.130)
Subvenções governamentais	2.326.427	64.423.144	30.055.455	25.996.954	213.664	66.185.951	6.122.999	195.324.594
	48.373.905	**620.748.409**	**275.248.725**	**224.194.021**	**1.951.188**	**558.752.548**	**47.654.104**	**1.776.922.900**
Despesas operacionais								
Despesas com pessoal	(15.166.655)	(408.115.140)	(189.582.607)	(163.815.735)	(1.419.348)	(414.866.502)	(38.658.425)	(1.231.624.412)
Despesas gerais	(91.606.361)	(78.983.238)	(53.284.224)	(25.607.311)	(174.967)	(64.469.149)	(3.785.254)	(317.910.503)
Despesas com depreciação e amortização	(1.556.333)	–	5.466	(152)	(1.626)	(8.500)	–	(1.561.145)
Despesa com depreciação bens públicos	(6.311)	(639.541)	(228.868)	(188.216)	–	(201.942)	(109.673)	(1.374.551)
Despesa de amortização de direito de uso	(69.081)	(2.309.543)	(2.348.567)	(1.101.200)	(110.818)	(1.431.649)	(370.651)	(7.741.509)
Despesas financeiras	(6.153.203)	(3.463)	(2.813)	(2.752)	(931)	(3.367)	(2.018)	(6.168.547)
Juros sobre arrendamentos	(52.159)	(3.070.037)	(940.807)	(1.320.821)	(29.834)	(1.465.673)	138.169	(6.741.162)
Gratuidades concedidas	(1.293.983)	–	–	–	–	–	–	(1.293.983)
Subvenções governamentais	(2.326.427)	(64.423.144)	(30.055.455)	(25.996.954)	(213.664)	(66.185.951)	(6.122.999)	(195.324.594)
	(118.230.513)	**(557.544.106)**	**(276.437.875)**	**(218.033.141)**	**(1.951.188)**	**(548.632.733)**	**(48.910.851)**	**(1.769.740.406)**
Superávit (déficit) do exercício	**(69.856.607)**	**63.204.303**	**(1.189.149)**	**6.160.881**	**–**	**10.119.814**	**(1.256.748)**	**7.182.494**

18. Receitas operacionais: As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou Entidades Públicas e Privadas.

Secretária Municipal de Saúde de São Paulo - Contrato de Gestão	**31/12/2022**	**31/12/2021**
R001/2014 - Parelheiros	205.866.224	146.409.277
R002/2014 - Capela do Socorro	579.325.390	391.185.560
R007/2015 - Lapa	251.525.524	235.095.519
R016/2015 - Pinheiros	42.239.850	38.672.571
R018/2015 - Freguesia do Ó/Brasilândia e Casa Verde/Cachoeirinha	509.471.079	405.728.068
Subtotal	**1.588.428.067**	**1.217.090.995**
Descontos (–)	(63.022.654)	(28.625.428)
Total	**1.525.405.413**	**1.188.465.566**
Secretária Municipal de Saúde de Araçatuba - Contrato de Gestão		
Saúde Assist. Básica de Araçatuba	18.180	–
Total	**18.180**	**–**
Secretária Municipal de Saúde de Guarulhos - Convênio		
CAPS - Centro de Assistência Psicossocial	19.784.997	14.590.986
Total	**19.784.997**	**14.590.986**
Projetos com recursos doados do setor privado - gratuidade 100%		
Doação Banco Santander - gratuidade 100%	341.135	1.381.667
Doação Banco do Brasil - gratuidade 100%	893.965	–
Doação Fidelidade Alelo - gratuidade 100%	4.211.190	3.562.297
Crédito Nota Fiscal - gratuidade 100%	41.117	35.951
Sinistro Vendaval - AMA Paulistana	–	1.050
Total	**5.487.407**	**4.980.965**
Clínica de psicologia - gratuidade 100%	1.293.983	1.619.942
Clínica de psicologia - gratuidade 100% - Total	**1.293.983**	**1.619.942**
	1.551.989.980	**1.209.657.460**
Repasses de contratos de gestão e convênio	1.545.208.590	1.203.056.553
Outras receitas	5.487.407	4.980.965
Gratuidades concedidas	1.293.983	1.619.942
	1.551.989.980	**1.209.657.460**

Nossos contratos de gestão junto com as Secretarias Municipais de Saúde possuem metas e indicadores para nosso atendimento, sendo Qualidade/ Quantidade e Equipe mínima, caso não cumpramos somos glosados. Para os descontos não relativos a equipes mínimas, há necessidade de uma tramitação entre as supervisões técnicas e coordenadorias das Secretarias Municipais de Saúde, com reuniões junto aos parceiros para discutir a produção e metas qualitativas, onde não ocorreu os descontos dessas metas em 2022. Em 2022, houve descontos somente de equipe mínima, no montante de R$ 33.585.213, esse valor já considera o valor provisionado no montante de R$ 6.147.783 referente ao desconto de equipe mínima não processada pela Prefeitura, porém estimada pela Associação (Nota Explicativa nº 14). **19. Despesa com pessoal:** As principais despesas da Associação referem-se ao pagamento de salários e seus encargos e serviços de terceiros, relacionados aos projetos existentes, a seguir demonstramos a composição:

	31/12/2022	31/12/2021
Salário	(830.882.309)	(663.249.353)
Férias	(106.777.671)	(81.325.159)
Encargos	(89.061.386)	(68.295.497)
Benefícios	(121.163.035)	(91.150.004)
13 salário	(75.825.545)	(60.956.259)
Autônomo	(2.441.826)	(4.855.445)
Rescisão	1.174.312	1.339.273
Outros	(6.646.953)	(1.317.143)
	(1.231.624.413)	**(969.809.587)**

20. Despesas gerais por natureza e função:

Natureza:	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Despesas de serviços	(201.928.086)	(189.779.640)
Despesas com restituição **(b)**	(86.685.373)	–
Despesas de materiais	(36.057.903)	(42.146.163)
Estorno de aluguel **(a)**	14.556.249	11.245.576
Outros	(7.795.391)	(6.288.350)
	(317.910.504)	**(226.968.577)**
Função:		
Custo dos serviços técnicos	(300.878.456)	(226.205.640)
Despesas administrativas	(17.026.814)	(4.351.786)
Outras receitas	(5.234)	3.588.849
	(317.910.504)	**(226.968.577)**

(a) Adoção ao CPC 06 (R2), estorno das despesas de aluguel para reconhecimento do ativo de direito de uso, vide Nota Explicativa nº 10. **(b)** A Associação é certificada no CEBAS desde 2002. Certificação essa que garante a isenção do INSS patronal, porém, no período de 2005 a 2009, como o processo estava em julgamento, os valores mensais foram depositados em juízo. Em 2018, a Associação obteve êxito na ação judicial e resgatou todos os depósitos. (No momento do resgate do valor depositado a análise por parte da SMS-SP referente a prestação de contas dos convênios encerrados não estavam concluídas. Para uma maior segurança a Associação aplicou o valor resgatado integralmente em Letra Financeira por período préfixado de 2 anos, sendo renovado consecutivamente pelo mesmo período, de forma a garantir que o recurso fosse devolvido para o convênio respectivo após a análise final dos convênios por parte da SMS-SP. Em 16 de agosto de 2022 a Secretária Municipal de Saúde - SMS emitiu o Ofício nº 175/2022 - SMS.G - SERMAP/CPCSS - DPC que trata da Prestação de Contas do INSS em juízo para reanálise referente a todos os convênios firmados entre a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e esta Instituição. A Instituição efetuou o levantamento onde 97% do valor ressarcido de INSS é da SMS-SP, e os outros 3% é da ASF. Diante disto, a ASF provisionou contabilmente o montante de R$ 86.635.373. O vencimento da aplicação em letra financeira está para julho de 2024, a Instituição solicitou as análises da SMS para a conclusão da prestação de contas e devolução do valor. **21.Subvenções governamentais (Isenções usufruídas):** Demonstramos o valor da isenção previdenciária, como se fosse gozada no exercício de 2022 e 2021, conforme artigo 1º, da Lei nº 12.101/09:

	31/12/2022	31/12/2021
Isenção usufruída (INSS Cota Patronal)	195.324.595	154.672.854

A Associação goza ainda de benefício fiscal referente à PIS, COFINS e ISS conforme as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, apresentados pelo resultado líquido de zero, entre as despesas incorridas como se obrigações fossem e os subsídios recebidos em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2022 e 2021 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR (Livro de Apuração do Lucro Real), em função de sua natureza de Entidade filantrópica. A divulgação na demonstração dos resultados é realizada de forma compensatória. A composição é conforme segue:

	2022	2021
PIS, COFINS e CSLL (1%, 0,65% e 3,0% s/ receitas)	71.852.199	55.942.130
ISS (5% s/ receitas)	77.260.430	60.152.828
IRPJ e CSLL (34% s/superávit do exercício)	2.442.048	1.716.662
	151.554.677	**117.811.619**

Associação goza de isenção da cobrança de aluguel de algumas unidades que faz a gestão, estas unidades são de poder do Ente Público, demonstramos abaixo o valor da isenção:

	31/12/2022	31/12/2021
Imunidade de aluguéis	3.196.004	2.971.369

22.Cobertura de seguro: A Associação mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pelos departamentos técnicos e operacionais para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, o prazo de vigência sendo dezembro 2023. A suficiência da cobertura de seguros foi determinada e avaliada quanto a sua adequação pela Administração da Associação, para os riscos associados aos ativos da Associação e de terceiros em sua posse.

Ramo	**Principais coberturas**	**Cobertura máxima 2022**
	Incêndio, raio e explosão	355.832.197
	Pagamento de aluguel	60.000
	Roubo de bens	723.305
	Responsabilidade civil	95.113
Multirrisco patrimonial	Danos elétricos	9.040.909
	Vendaval	6.749.684
	Quebra de vidros	20.000
	Tumultos	22.000
	Impacto veículos	60.000
	Despesas fixas	120.000
		372.723.208

Ativos financeiros	**Categoria**	**31/12/2022 Valor contábil**	**31/12/2022 Valor justo**	**31/12/2021 Valor contábil**	**31/12/2021 Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	234.708.832	234.708.832	142.772.031	142.772.031
Recursos a receber	Custo amortizado	76.531.506	76.531.506	78.590.768	78.590.768
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.315.606	1.315.606	3.654.002	3.654.002

A estimativa do valor justo pressupõe que os saldos de recursos a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. E os saldos mantidos em caixa e equivalentes de caixa já são mensurados a valor justo. Valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis: **Nível 1:** Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **Nível 2:** Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Associação avalia que o valor justo é mensurado pelo Nível 1 da hierarquia de avaliação. A Associação não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo Níveis 2 e 3. **23.3 Análise da sensibilidade de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras):** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras (fundos de investimentos com liquidez imediata) ao qual a Entidade estava exposta na data-base de 31/12/2022 e 2021, foram definidos três cenários diferentes. Para 31/12/2022, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média será de 12,38% para o ano de 2022 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de -25% e -50% para as aplicações financeiras (caixas e equivalentes de caixa), conforme a seguir:

Operação	**Risco**	**Valor-base**	**Provável**	**Possível**	**Cenário Remoto**
Aplicações financeiras **(*)**	CDI	234.708.832	29.056.953	21.792.715	14.528.477

(*) Saldos em 31/12/2022 aplicados em CDB e fundos de investimento, atrelados à variação do CDI, vide Nota Explicativa nº 4. **24.Trabalho não remunerado:** A Associação não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados. Demonstramos abaixo o valor do trabalho não remunerado/voluntário:

Cargo	**Horas trabalhadas ano/hora**	**Qtd.**	**Valor do trabalho não remunerado voluntário**
Diretor-Presidente	120 horas por R$ 210,92	1	25.310
Diretor Administrativo Financeiro	120 horas por R$ 210,92	1	25.310
Diretor Relações Institucional	60 horas por R$ 210,92	1	12.655
Membro do Conselho de Administração	60 horas por R$ 210,92	9	113.895
Membro do Conselho Fiscal	60 horas por R$ 84,37	3	15.186
Suplente Conselho Fiscal	60 horas por R$ 84,37	3	10.124
			202.480

A divulgação na demonstração dos resultados é realizada de forma compensatória. **25. Atendimento assistenciais (informações não auditadas):** A Associação Saúde Da Família, no cumprimento de seu papel estatutário e assistencial na promoção da saúde, de forma inteiramente gratuita atendeu aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, na sua clínica instalada na Rua Itápolis nº 1.326 - São Paulo/SP. No exercício de 2022, foram atendidos 11.223 (onze mil, duzentos e vinte três) pacientes de forma totalmente gratuita pelos profissionais da Associação, resultando em um aumento 11,17% se comparado com o ano de 2021 onde os atendimentos gratuitos corresponderam a um total de 10.095 (dez mil e noventa e cinco) pacientes sendo que no ano de 2020 os atendimentos corresponderam a 10.101 (dez mil, cento e um) pacientes, conforme informações extraídas da "CIHA - Comunicação de informação hospitalar e ambulatorial" protocolada mensalmente na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-SP).Registre-se que serviços de promoção da saúde efetivados pela Associação foram ofertados, reconhecidos e atestados pelo Gestor Local do SUS. Registre-se que serviços de promoção da saúde efetivados pela Associação foram ofertados, reconhecidos e atestados pelo Gestor Local do SUS. **26. Efeito da pandemia nas demonstrações contábeis:** Considerando a situação epidemiológica do Coronavírus (SARS-CoV-2) no ano de 2022, os serviços de saúde gerenciados pela Associação Saúde da Família (ASF), implementaram ações com base nas diretrizes da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP). Ações implementadas no ano de 2022: Orientações, atualizações e capacitações aos profissionais sobre a Covid-19; Ações de busca ativa de usuários com síndrome gripal para identificação precoce, monitoramento e isolamento social; Monitoramento da Covid-19 nas ILPIs (Instituições de Longa Permanência de Idosos), SAICAs (Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes), SRTs (Serviços Residenciais Terapêuticos) e demais serviços como comunidades terapêuticas, unidades de acolhimento, entre outras; Monitoramento diário dos usuários com síndrome gripal pertencentes aos grupos de risco de agravamento por meio de contato telefônico diário; Empréstimo de oxímetro aos usuários com síndrome gripal para controle da saturação sanguínea, atendimentos remotos e presenciais, quando necessário; Teleatendimentos (médicos, enfermeiros, equipe multiprofissional); Acompanhamento dos usuários com sequelas em razão da Covid-19, através de atendimentos na atenção básica e serviço especializado por equipe multiprofissional; Ações conjuntas entre saúde e educação para o retorno seguro às aulas das crianças, adolescentes e trabalhadores das escolas, incluindo orientações, vacinação e monitoramento dos casos de síndrome gripal e surtos da Covid-19 nestas instituições; Ações de vacinação contra Covid-19 dentro e fora das instituições de saúde, utilização de espaços como escolas, associações amigos de bairro e demais equipamentos do território; Monitoramento da cobertura vacinal; Monitoramento dos eventos adversos relacionados à vacinação contra Covid-19; Acompanhamento pós alta dos usuários hospitalizados por Covid-19; Atualizações sobre os novos imunizantes que foram adicionados na grade vacinal através dos Documentos Técnicos da Campanha contra a Covid-19 - CVE/SMS-SP (Centro de 1/2 Área de Responsabilidade Técnica Assistencial Relatório: Auditoria 2022 Vigilância Epidemiológica/Secretaria do Estado de Saúde) e os Instrutivos de Vacinação da Covid-19 do Município de São Paulo PMSP/SMS/SE-ABEVS/COVISA; Elaboração de Informes técnicos nas regionais sobre as demandas da SMS/SP a fim de multiplicar as informações em tempo oportuno visando a qualidade da assistência e a resolutividade das ações. Valores financeiros aprovados, serviços disponibilizados e números de internações referente ao Covid no exercício de 2022: O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 001/2014 - Parelheiros, tiveram 09 Termos aditivos no montante de R$ 7.683.376, como custeio para as Unidades de Saúde (Exames e Ações COVID), Posto de Vacinação com 130 contratações; O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 002/2014 - Capela do Socorro, tiveram 09 Termos aditivos no montante de R$ 18.139.633, como custeio para as Unidades de Saúde (Exames e Ações COVID), Posto de Vacinação e 314 contratações; O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 007/2015 - Lapa, tiveram 11 Termos Aditivos no montante de R$ 2.214.108 como custeio para as Unidades de Saúde (Exames e Ações COVID), Posto de

A partir do ano de 2021, o cálculo da cobertura dos seguros foi realizado levando-se em consideração a metragem de cada imóvel + o conteúdo (mobiliário, eletrodomésticos, eletrônicos), o que ocasionou o aumento no valor das coberturas no ano de 2021 e 2022. **23. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros utilizados pela Associação restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. A Associação não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **23.1. Gestão de riscos: (a) Risco de liquidez:** O risco de a Associação não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Gestão Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo deles. **(b) Risco de crédito:** Os riscos de crédito da Associação, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, repasses a receber das Secretarias Municipais da Saúde, são mínimos e administrados corporativamente. A administração não espera perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. Cabe salientar que as perdas esperadas relacionadas aos repasses já foram baixadas para o resultado, pois não há qualquer expectativa de realização destes saldos. Vide nota explicativa nº 5. **(c) Risco operacional:** O risco operacional da Associação, está fundamentada no atingimento das metas previstas e as expectativas para o ciclo do contrato, avaliadas trimestralmente pelas Coordenadorias Regionais da Saúde junto com as Secretarias Municipais de Saúde, pautado no Decreto nº 58.376, onde o prazo inicial do contrato de gestão na área da saúde será de, no máximo, 5 anos, onde todos os contratos de gestão firmados pela ASF, foram renovados por um novo período de 60 meses com novos vencimentos a partir de 2024, a critério da Administração Municipal, e poderá ser renovado por períodos sucessivos, iguais ou menores ao inicial, observado o prazo máximo de 20 anos. **23.2 Categoria de instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2022 e 2021, controlado e consolidado, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

continua

continuação

Notas Explicativas da Associação Saúde da Família

Vacinação; O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 016/2015 - Pinheiros, tiveram 10 Termos Aditivos no montante de R$ 2.261.849 como custeio para as Unidades de Saúde (Exames e Ações COVID), Posto de Vacinação 191 contratações; O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 018/2015 - Norte, tiveram 03 Termo aditivo no montante de R$ 15.660.483, como custeio, para as Unidades de Saúde (Exames e Ações COVID), Posto de Vacinação. Ações planejadas para o ano de 2023: Diante do atual cenário epidemiológico da Covid-19, no que concerne ao planejamento das ações para o ano de 2023, estas seguirão sendo realizadas em conformidade com as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-SP). Destaca-se a importância do acompanhamento das coberturas vacinais contra a Covid-19 nos territórios sob gestão da ASF, assim como as intervenções para melhora desses indicadores. As ações de vacinação contra Covid-19, os atendimentos aos usuários com síndrome gripal e as ações intra e extramuros dos equipamentos de saúde serão realizadas concomitantemente às demais atividades habituais que retornaram em sua totalidade. Nesse sentido, seguirão como ações específicas as medidas que seguem: Capacitações relacionadas a Covid-19; Busca ativa e monitoramento dos usuários com síndrome gripal; Acompanhamento de casos e surtos em escolas e instituições como ILPI, SRTs, SAICAS, Comunidades Terapêuticas, Unidades de Acolhimento, entre outras; Teleatendimentos (médicos, enfermeiros, equipe multiprofissional); Acompanhamento dos usuários com sequelas em razão da Covid-19, através de atendimentos na atenção básica e serviço especializado por equipe multiprofissional; Acompanhar os indicadores de cobertura vacinal contra Covid-19; Realizar intervenções como campanhas e intensificação de busca ativa de usuários faltosos, quando necessário; Monitoramento dos eventos adversos e erros na administração de vacinas. A permanência da pandemia acarretará impactos financeiros para a Associação, porém até o momento a Administração estuda os impactos para este ano de 2023. Até o momento não existem parâmetros materiais conclusivos que possam mostrar impactos significativos que refletirão nas operações e nas receitas e despesas da Associação.

Diretoria
Ricardo Oliva - Diretor Presidente
Shirleyde Botelho - Contadora - CRC 1SP273362/O-8

Conselho Fiscal e Administrativo

No dia 18/04/2023 na Reunião de Conselhos, foram apreciados e aprovados por unanimidade, pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, o balanço patrimonial; as demonstrações contábeis e financeiras e as contas anuais, atos ratificados na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida na mesma data.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Saúde da Família São Paulo - SP Opinião sobre as demonstrações contábeis Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Saúde da Família:** ("Associação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Saúde da Família:** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família, referente ao exercício findo em 31/12/2021, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 28/03/2022 com opinião sem modificação. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
Baker Tilly - CRC 2SP-031.269/O-1
Fabio Marchesini - CRC 1SP-244.093/O-1

Newsletters

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

"As newsletters são excelentes para gerenciar o consumo das notícias! Atualmente é a melhor forma de otimizar a quantidade de informações que nos cercam."

Daniel Martins de Barros, psiquiatra e colunista do Estadão

LEIA NOSSAS NEWSLETTERS

#VEM PENSAR COM A GENTE

AINDA NÃO É ASSINANTE? LIGUE: **0800 770 2166**